

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010816-36.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **EDINALDO LUIZ DA COSTA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

EDINALDO LUIZ DA COSTA, qualificado nos autos, está sendo processado pela suposta infração ao artigo 155, parágrafo 4º, inciso II (segunda figura), do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, no dia 7 de outubro de 2016, por volta de 11h40min, na rua Raimundo Corrêa, n. 1285, nesta cidade de São Carlos, teria subtraído para si, mediante fraude, um veículo pertencente à vítima Antonio Carlos Mamede.

A denúncia foi recebida em 8 de novembro de 2016 (fls. 51).

Resposta à acusação às fls. 96/97.

No curso da instrução criminal procedeu-se à oitiva da vítima e ao interrogatório.

As partes manifestaram-se em alegações finais. O Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 183/188). A Defensoria Pública, de outra parte, pugnou pela desclassificação para o delito previsto no artigo 171, "caput", do Código Penal (fls. 194/198).

É o relatório.
Fundamento e decido.

A ação penal é procedente.

A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 19, pelo auto de avaliação de fls. 21/22, pelo laudo pericial de fls. 62 e pela prova oral produzida.

A autoria também é certa.

Interrogado em juízo, o réu admitiu a prática da infração penal que lhe é atribuída. Disse que estava na cidade de São Carlos quando notou que o veículo estava exposto à venda. Mencionou que o ofendido entregou-lhe as chaves a fim de que conduzisse o bem, a título de teste. Optou, contudo, por não devolvê-lo ao proprietário.

A confissão harmoniza-se com a prova judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A vítima Antonio Carlos Mamede relatou que ofereceu seu veículo à venda, havendo o acusado demonstrado interesse na aquisição. Acrescentou que o denunciado pediu para experimentar o carro; contudo, evadiu-se na posse do bem, não mais retornando. Posteriormente, o automóvel foi encontrado pela polícia, abandonado na rodovia, com um documento – CTPS - em nome do denunciado, em seu interior.

Verifica-se, portanto, a adequação da narrativa constante da denúncia.

Diferentemente da argumentação lançada nos memoriais defensivos, não se trata de hipótese de estelionato, mas sim de furto mediante fraude. Isso porque, a "res" saiu da posse da vítima com o seu consentimento e não por haver incidido em erro decorrente de artifício ou ardil.

Passo a dosar a pena.

Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 2 (dois) anos de reclusão e no pagamento de 10 (dez) dias-multa. Anote-se que condenações não transitadas em julgado não podem ser consideradas em desfavor do réu.

Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, mas sem redução aquém do piso (Súmula 231 do STJ).

Torno definitiva a pena imposta, pois não há outras causas de modificação.

Fixo multa mínima, uma vez que não há informações precisas sobre a capacidade econômica do autor da conduta.

Com fundamento no artigo 33, parágrafo 2º, "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada.

Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo-a por duas restritivas de direitos consistentes na prestação de serviços à comunidade pelo período da condenação e na prestação pecuniária no valor de um salário mínimo nacional vigente.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno o réu EDINALDO LUIZ DA COSTA, por infração ao artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal, à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direitos, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, na forma especificada.

O réu poderá recorrer em liberdade, porquanto ausentes os pressupostos para decretação da prisão preventiva.

Autoriza-se, após o trânsito em julgado, a restituição do documento apreendido.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA